



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

Diagnóstico socioeconômico, produtivo e tecnológico dos agricultores urbanos de Campos dos Goytacazes, RJ no contexto da segurança alimentar e do planejamento estratégico de produção urbana de alimentos para atender a demanda do polo agroalimentar

Orientadora: Erika Vanessa Moreira Santos

Bolsista: Priscila Freitas da Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

2020





SUMÁRIO

RESUMO.....	3
1. INTRODUÇÃO	4
1.2. Justificativa	4
1.3. Metodologia.....	5
1.4. Objetivo central.....	6
2. APONTAMENTOS TEÓRICOS	6
2.1. Agricultura Urbana	6
2.2. Agricultura urbana, saúde e alimentação	8
2.3. Agricultura urbana e agroecologia.....	9
2.4. Agricultura Urbana no Brasil	10
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	12
3.1. Projeto Eco Hortas comunitárias	13
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

RESUMO

O referido trabalho teve como objetivo inicial realizar um amplo diagnóstico socioeconômico, produtivo e tecnológico dos agricultores (as) inseridos (as) no programa eco hortas do município de Campos dos Goytacazes, com um recorte espacial voltado para o distrito-sede. A finalidade é ampliar a atuação da agricultura urbana em bairros que ainda não fazem essa prática e integrar as suas ações que visam uma produção agroecológica, na segurança alimentar, na geração de renda e trabalho. O procedimento metodológico se deu a partir de levantamento bibliográfico em plataformas como: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, nos portais da Secretaria Municipal de Agricultura e do IBGE.

Palavras-Chave: Agricultura Urbana, Agroecologia, Saúde, Alimentação, Projeto Eco Hortas.

1. INTRODUÇÃO

A prática da agricultura urbana - AU - dentro do espaço urbano traz um ponto muito positivo, que é a sustentabilidade das cidades, isso se deve pela integração dos fatores sociais, econômicos e ambientais. (MASCARÓ; ACUNHA; PAGGOTTO, 2017).

De acordo com (TARDIN, 2008, p. 54 *apud* MASCARÓ; ACUNHA; PAGGOTTO, 2017, p. 16):

[...] a agricultura urbana, muitas vezes é diretamente relacionada à identidade de um lugar, normalmente ocupa espaços que frequentemente sofrem a pressão da urbanização, em particular, quando se encontram em condições de produção não lucrativas. No entanto, incentivar a agricultura no território representa uma oportunidade para recreação, educação ambiental, criação de empregos, condições de produção e comércio para pequenas produções urbanas e manutenção do espaço livre a baixo custo.

O desenvolvimento da agricultura urbana nas cidades tem aumentado de forma significativa, a população tem mostrado um interesse maior no meio ambiente, tanto no meio na produção acadêmica, quanto no âmbito das políticas públicas, isso está diretamente ligada ao rápido adensamento populacional das cidades e aos problemas socioeconômicos que a população enfrenta, como: falta de produção de alimentos, a falta de renda e trabalho. (MASCARÓ; ACUNHA; PAGGOTTO, 2017; OLIVEIRA, 2017).

1.2. Justificativa

A AU deve ser compreendida como uma ferramenta essencial na transformação dos indivíduos e de suas famílias, pois trabalha a educação ambiental como meio de transformação social ao proporcionar a esses sujeitos a compreensão da importância de preservar o meio ambiente a partir de práticas conscientes. Sendo a educação ambiental um procedimento que integra a população de maneira participativa, e isso é fundamental para o pensamento crítico sobre as questões/aspectos que fazem a produção e

construção espacial (BOTÊLHO; SANTOS; SANTOS, 2016). Com isso, pode-se pensar uma agricultura urbana que seja sustentável, pautada em costumes conservadores na preparação do solo, uma AU que se dá por meios e formas que respeitam a natureza, com menor taxa de dependência de agrotóxicos (AQUINO, 2002).

1.3. Metodologia

Foram realizadas as seguintes atividades: O levantamento bibliográfico em plataformas como: SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, com temáticas voltadas para o debate da agricultura urbana, agroecologia e o projeto ecohortas, a partir desse processo obteve-se a base teórica para discutir os temas em questão, articulado a construção dos questionários com a contribuição da equipe da secretaria municipal de agricultura e dos professores inseridos no projeto, em fevereiro foi montado um plano de trabalho de campo, com possíveis datas para conclusão entre os meses março e abril. Infelizmente pela necessidade do isolamento físico não ocorreu. Para melhor compreender sobre os referidos temas, utilizamos os trabalhos dos seguintes autores: como Aquino; Assis (2007), Hespanhol; Hespanhol (2019), Ribeiro; Bógus; Watanabe (2015), que apontam elementos centrais no que tange a agricultura urbana (AU): funções socioeconômicas que as hortas são capazes de oferecer; diferenciação de agricultura orgânica da agricultura agroecológica; paisagem urbana; geografia; agricultura local; segurança alimentar.

No mês de abril, ocorreu a substituição da bolsista Juliana Percília pela atual bolsista Priscila Freitas da Silva, a construção do relatório se deu partir das leituras dos textos voltados para a temática em questão e reuniões da equipe por plataformas digitais (Google meet, e-mail, whatsapp). Vale ressaltar que, pelo contexto de pandemia nossas atividades foram duramente prejudicadas, o projeto esbarrou em muitas dificuldades para atingirmos o objetivo proposto, as dificuldades foram: a não realização do trabalho de campo, a não aplicação dos questionário e sem a aplicação do questionário não pudemos dar continuidade a parte empírica do projeto.

1.4. Objetivo central

Realizar um amplo diagnóstico socioeconômico, produtivo e tecnológico dos agricultores (as) inseridos (as) no programa eco hortas comunitárias. Entretanto, dadas as dificuldades suprarreferidas não foi possível alcançar o objetivo mencionado, desenvolvemos uma pesquisa de caráter conceitual, que traz uma discussão de forma sistemática da temática em tela.

2. APONTAMENTOS TEÓRICOS

2.1. Agricultura Urbana

O discurso sobre a agricultura urbana surge nos anos da década de 1980, a partir de um pensamento ambiental, com objetivo de combater a fome e a pobreza urbana (COUTINHO; COSTA, 2011).

Na década de 1980, movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos passaram a questionar a ideia de cidade como oposta ao ambiente natural, e buscaram pensá-la como um ecossistema (BRAND; MUÑOZ, 2007). Enquanto um ecossistema, no qual há trocas de energia e matéria, era insustentável a produção industrial dos alimentos longe das cidades, para onde deveriam ser transportados (BRAND; MUÑOZ, 2007 *APUD* COUTINHO; COSTA, 2011, P.84).

Seu desenvolvimento se baseia em práticas que valorizam a diversidade das formas e do uso do solo no espaço urbano e a produção de alimento. A AU possibilita uma discussão sobre os fatores políticos, como: a questão ambiental no meio urbano, a (in) segurança alimentar, a dificuldade de acesso à terra e a segregação socioespacial (COUTINHO; COSTA, 2011).

Em Cuba, a produção da AU é organizada pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), tendo apoio dos setores envolvidos na produção de alimentos. O Ministério da Agricultura trabalha junto aos grupos sociais para promover políticas que solucionam os problemas locais (HESPANHOL; HESPANHOL, 2019).

No ano de 1995, foi criado o Programa Nacional de Agricultura Urbana (PNAU), que constituiu uma das estratégias adotadas para ampliar a segurança alimentar do país e reduzir a necessidade de importação de alimentos. Coordenado pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana (GNAU), esse Programa foi implementado inicialmente na cidade de Havana, que concentra grande parcela da população urbana do país e onde os efeitos do desabastecimento, da escassez e do encarecimento dos alimentos eram mais intensos (HESPANHOL; HESPANHOL, 2019, p.35).

Cuba fez essa retomada por questões econômicas e políticas, quando se viu em momento de crise alimentar com a derrocada do bloco socialista. Em 1995 foi criado o Programa Nacional de agricultura Urbana (PNAU), cujo objetivo foi criar estratégias que ampliam a segurança alimentar do país (HESPANHOL; HESPANHOL, 2018).

A AU pode ser apreendida como o crescimento de atividades agrícolas dentro dos espaços urbanos (OLIVEIRA, 2017). Consiste em uma produção de alimentos diversificados, promove a inclusão da população a partir da educação ambiental, pois os indivíduos podem participar do planejamento das políticas públicas, seu manejo promove segurança alimentar, geração de trabalho e renda no espaço urbano.

A AU pode ser realizada em pequenas áreas no interior das cidades (intraurbano), ou em suas bordas (periurbano) (HESPANHOL; HESPANHOL, 2018). Segundo Mougeot (2000) citado por Hespanhol; Hespanhol (2018, p.30), a localização no interior das cidades é o principal elemento definidor da agricultura urbana. Essa atividade costuma estar presente nas cidades independentemente de seu tamanho, da sua função na hierarquia urbana e do seu efetivo populacional e envolve recursos humanos, materiais, produtos e serviços disponíveis nesses espaços. Sendo esse modelo de agricultura composta por diversas formas e sistemas de produção, há a produção em pequena escala (realizada nos quintais das residências) com o consumo voltado para a família, cabe pontuar que esse tipo de produção, em teoria, é considerado mais saudável por possuir pouco ou nenhum uso de insumos químicos, além disso, soma-se a produção pautada na comercialização, praticadas em lotes dentro do perímetro urbano ou em seus arredores, com maior escala de produção.

É importante ressaltar que se a mesma for praticada de forma correta, pode-se elevar a quantidade de alimentos disponíveis e manter a biodiversidade, sendo este um fator essencial para a qualidade de vida dos consumidores (OLIVEIRA, 2017).

2.2. Agricultura urbana, saúde e alimentação

O planejamento territorial e a gestão urbana devem ser elaborados a partir dos benefícios e serviços que a agricultura urbana permite. Entre esses benefícios ambientais estão, além da gestão de resíduos urbanos (sólidos e orgânicos), o reflorestamento das cidades, o aumento da permeabilidade do solo e das áreas verdes, a limpeza dos terrenos baldios, o uso adequado para áreas de risco, entre outros (RIBEIRO; AZEVEDO; PELICIONI; BÓGUS; PEREIRA, 2012, p. 382).

A AU tem a função de auxiliar os sistemas produtivos, pois fortalece e promove uma SAN (Segurança Alimentar e Nutricional). A SAN consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável. Todavia, para o seu fortalecimento, ela deve estar articulada às políticas públicas.

De acordo com Ribeiro; Bógus; Watanabe, (2015), a SAN baseia-se em garantir à população acesso à alimentação adequada e suficiente, tendo como propósito práticas de alimentação saudáveis e sustentáveis. A atuação da agricultura urbana é considerada uma ferramenta que promove a saúde, segundo a Carta de Ottawa, citada pelos autores Ribeiro; Azevedo; Pelicioni; Bógus; Pereira (2012, p.382). A Promoção da Saúde é definida como um processo que confere ao povo os meios para assegurar um maior controle e melhoria de sua própria saúde, não se limitando às ações de responsabilidade do setor da saúde. Ribeiro; Azevedo; Pelicioni; Bógus; Pereira (2012, p.383) argumentam sobre os riscos de agrotóxicos sobre a saúde humana, na forma de alguns tipos de câncer, como os de mama, testículos, próstata e ovário; infertilidade e má formação congênita. Outras repercussões incluem sintomas

respiratórios, Mal de Parkinson e depressão (RIBEIRO; AZEVEDO; PELICIONI; BÓGUS; PEREIRA, 2012).

A questão da saúde está ligada de forma direta as condições de vida no qual os cidadãos vivem. Segundo o ministério da saúde, a saúde é resultado dos modos da organização de produção, do trabalho e da sociedade em determinado contexto histórico. Sendo ela produção social de determinação múltipla e complexa (BRASIL, 2006). E, nessa produção, todos os sujeitos devem ter participação, pois só assim podemos pensar em ações para reverter esse cenário de tantas desigualdades, visto que o seu manejo amplia as ações de coletividade, de um ambiente construtivo, pautado em questões que visa a integração da população no espaço urbano.

2.3. Agricultura urbana e agroecologia

A agroecologia é um campo de estudo que analisa os agroecossistemas, levando em conta seus conhecimentos sobre agronomia, ecologia, economia, sociologia. A agroecologia não se resume em apenas um uso adequado dos recursos, ela se forma em um campo do conhecimento científico que estuda/analisa a atividade agrária, partindo da busca pelo entendimento dos fenômenos por meio de uma abordagem sistemática. Por seu papel interdisciplinar, há um diálogo com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (Ribeiro; Azevedo; Pelicioni; Bógus; Pereira, 2012).

A agroecologia é um instrumento importante para quem pensa na prática da produção agrícola em pequenas escalas e com m]ao de obra familiar, pois se tem uma produção que pouco utiliza ou não utiliza agrotóxicos químicos, onde procuramos manter ou pouco alterar a paisagem original e a biodiversidade. A AU com base ecológica contribui de forma direta com questão de sustentabilidade e biodiversidade, diante do uso dos espaços e um manejo correto com o solo e a água. A base da agricultura urbana deve estar pautada em um manejo ecológico, em que usamos o substrato do solo com manejo orgânico, técnicas de rotação e associação de manejos fitossanitário aos convencionais (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

A prática da agroecologia se dá como possibilidade e sustentabilidade para o meio rural, por conter base tecnocientífica e estratégias para o desenvolvimento rural, pois essa base tecnocientífica atua na mudança desse modelo de agricultura convencional (não possui preocupação com o meio ambiente e com a qualidade dos alimentos produzidos), para um modelo sustentável (agroecologia).

Segundo Meirelles (2004 *apud* Santos; Siqueira; Araújo; Maia, 2014, p. 34), a agroecologia surge como uma resposta socioambiental aos problemas ocasionados pela Revolução Verde. A produção pautada no modelo agroecológico visa a permanência das famílias no campo, com práticas que valorizam a conservação dos recursos naturais, os saberes locais e a independência dos pequenos agricultores que comercializam seus produtos sem a presença do atravessador.

Os sistemas de produção precisam fazer uso de tecnologias que respeitam a natureza e trabalhar junto a ela (RIBEIRO; BÓGUS; WATANABE, 2015).

2.4. Agricultura Urbana no Brasil

No Brasil, existem práticas que incentivam essa atividade, que se dá a partir de políticas municipais ou ONGS (Organizações não Governamentais). Exemplos como: Porto Alegre, com as políticas de arborização de espécies nativas e frutíferas, essa política começou com Lei nº 12.691, de 9 de março de 2020, com objetivos de: melhoria no clima e no solo, oferta de sombras, redução da poluição atmosférica, para servir como abrigo e produzir alimentos para as aves, contribuindo para um equilíbrio, bem estar e convivência humana.

PORTO ALEGRE – CIDADE DAS ÁRVORES

Conhecida como a "CIDADE DAS ÁRVORES", Porto Alegre totaliza 22.205.701 metros quadrados de áreas verdes, sendo 748 praças, 411 verdes complementares e 9 parques. A arborização de vias públicas iniciou na metade do século XIX, entretanto intensificou-se no século XX na década de trinta.

Nos dias de hoje, Porto Alegre tem sido apontada nacionalmente como uma das capitais mais arborizadas do Brasil, o que contribui substancialmente para que figure no ranking das cidades com melhor qualidade de vida, conforme Revista Exame (Ano 30 N.26, 1996).



Foto 1: Rua Gonçalves de Carvalho - Arborizada com tipuanas

Fonte: Cartilha sobre arborização em Porto Alegre. Disponível em: <file:///home/chronos/u1f4ab1a0f2ecce9553b54740c1f4f54c04702bb7/MyFiles/Downloads/cartilha_sobre_arborizacao_urbana_porto_alegre.pdf>. Acesso em nov. 2020.

Em Teresina, em 1986, teve implantação do programa hortas urbanas, cujo objetivo foi aumentar a produção das hortaliças e fornecer alimentação, emprego e geração de renda, pois projetos desse caráter busca atender a população de extrema pobreza (SOUZA, 2015).

O governo Federal criou o programa de Agricultura Urbana e Periurbana no ano de 2004, e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica em 2012, para solucionar problemas ambientais, sociais e econômicos. No Estado de São Paulo houve implantação de programas, como por exemplo, o Programa São Paulo Orgânico em 2013. O programa teve parceria da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a SAA e suas ações visavam: investimento em cursos que capacitam a população sobre práticas do manejo da agricultura orgânica, incentivos na produção da agricultura orgânica, por meio de

financiamento de até R\$100.000,00 por agricultor e até R\$400.000,00 por cooperativa, esse financiamento é direcionado para os agricultores que fizessem a transição do modelo de agricultura convencional pela orgânica. Outro programa foi o Guarapiranga Sustentável com o objetivo de incentivar a agricultura orgânica e familiar próxima ao reservatório Guarapiranga e preservar as áreas de mananciais (GIACCHÈ; PORTO, 2015). Segundo os autores Giacchè; Porto (2015, p.49-50):

Os primeiros apoios governamentais à AU na cidade de São Paulo surgiram na década de 1980, quando o então governador Franco Montoro implantou projetos de hortas em espaços públicos não utilizados, como os terrenos da ELETROPAULO, da TRANSPETRO e da SABESP na zona leste de São Paulo. Porém, não houve continuidade política dessa iniciativa. Em 2009, São Paulo torna-se o primeiro Estado brasileiro a assinar a plataforma internacional em defesa das águas e é criado o Pacto das Águas. O nome do projeto torna-se Município Verde Azul, para enfatizar também a importância da gestão compartilhada das águas. A prefeitura de São Paulo aderiu ao projeto e, diante da necessidade de proteger e produzir águas para a metrópole apresentou o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Em suma, a agricultura urbana possibilita a geração de renda e trabalho, a promoção de áreas verdes e a ocupação produtiva de espaços vazios na cidade. Todos os benefícios mencionados permitem a inclusão produtiva e social dos agricultores.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

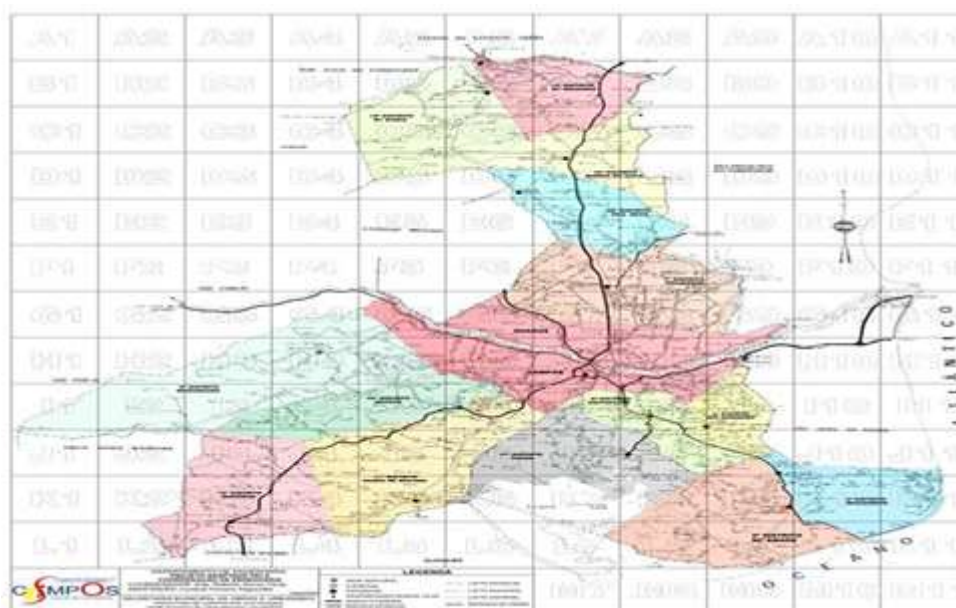
O município de Campos dos Goytacazes tem a maior área territorial (4.032,487 km²) no Estado do Rio de Janeiro. A atividade açucareira a partir do século XIX sua economia era pautada na produção açucareira, mas a partir dos anos de 1970, várias usinas foram fechadas ou foram absorvidas pelas maiores.

A pecuária sempre teve seu importante papel na economia do município, foi responsável por riquezas dos antigos distritos de Cardoso Moreira e Italva, agora desmembrados de Campos. A chegada do petróleo e gás natural na plataforma

continental da Bacia de Campos gerou aumento da receita municipal recebimento de *royalties* excedentes e participações especiais.

De acordo com dados do IBGE o município possui uma população de 511.168 pessoas, a maior parte desse contingente populacional encontra-se na área urbana, somando uma porcentagem de 90.29% e 9.7% na zona rural, essas estimativas foram retiradas do Censo de 2010 do IBGE. O município faz prática das atividades como: Agricultura, pecuária, atua no ramo da indústria e construção, no ramo do comércio, do Petróleo.

Na figura abaixo é possível visualizar o mapa de localização do município.



Fonte: Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/mapas-municipais.php>

3.1. Projeto Eco Hortas comunitárias

Segundo Oliveira (2017), o projeto hortas comunitárias consiste no aproveitamento de áreas que estão desocupadas no perímetro urbano, visto que a agricultura urbana vem como alternativa para os diversos problemas (socioeconômicos) que a sociedade de modo geral vem enfrentando, como: a falta de produção de alimentos saudáveis, a não geração

de renda e trabalho, visto que, as hortas urbanas têm o potencial de ser ferramenta essencial na transformação social dos indivíduos no espaço urbano, possibilitando acesso aos alimentos saudáveis e equilíbrio do ecossistema urbano.

Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura, o Projeto Hortas comunitárias foi criado pela lei municipal n.5.101/1990 para tratar das questões de limpeza, manutenção e plantios de hortas populares em terrenos que foram cedidos pela prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, cujo objetivo é criar condições mais favoráveis para os cidadãos que não possuam empregos e favorecer a economia da cidade, onde a produção é destinada à população por meio de instituições e da rede Municipal de ensino.

A prática dessa atividade se dá dentro do espaço urbano e com a permissão dos devidos donos, os terrenos são cedidos para o projeto Hortas Comunitárias, os proprietários têm o benefício de isenção de imposto (IPTU), a prefeitura arca com os gastos dos trabalhadores, um ponto positivo nisso é que os terrenos que eram considerados ociosos, agora são usados com a ocupação dessas atividades, garantindo assim, um local de emprego e fonte de renda para trabalhadores informais e de baixa renda (OLIVEIRA, 2017).

Conforme informações do site da prefeitura municipal de Campos, “os terrenos baldios que acumulavam lixo e animais transmissores de doenças, estão dando lugar a EcoHortas Comunitárias. O programa beneficia horticultores e suas famílias, com uma nova atividade geradora de renda”. (Fonte: Portal da Prefeitura)¹

Em 2011, foi retomada a política das Hortas Comunitárias, cujo objetivo principal é a utilização dos terrenos e possibilitar a inserção laboral de famílias de classe baixa, com base nos princípios da agroecologia e que reestruturou o programa de hortas urbanas. No ano de 2014 o programa passa a ser denominado como Eco Hortas Comunitárias com 57 de suas hortas reestruturadas e cerca de 150 hortas cadastradas. Para tanto a prefeitura promoveu, via SMA14, as chamadas “Clínicas”. Nessas oficinas os agricultores cadastrados no

¹ https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=26083>.

programa participavam de cursos sobre práticas agroecológicas, modelo Mandala, aliada à agroecologia. Havia também orientação, realizada por meio de parcerias, realizadas por estagiários da Universidade Federal Fluminense (UENF) e técnicos da PESAGRO, que condicionam os agricultores as novas regras do programa, como, por exemplo, a nova ocupação de 60 cm de altura máxima dos terrenos, proibindo culturas acima desta altura, para evitar o crescimento de mato e o acúmulo de lixo. Nas 57 hortas que foram reestruturadas se deram o cultivo de hortaliças e leguminosas como alface, cheiro verde, couve, batata, cenoura e beterraba (SMA, 2016). (OLIVEIRA, 2017, p.49).

Conforme as informações do Portal da prefeitura do município em questão:

A implementação dessa atividade é muito importante, pois segundo o secretário Frederico Pães, o sucesso do projeto Hortas Comunitárias, depende também da participação das pessoas interessadas em fazer parte do projeto, onde, além dos benefícios materiais e financeiros, o tomador de conta de hortas, propicia benefício social, com otimização dos terrenos baldios e produção de alimento sem agrotóxico, 20/11/2010. (Fonte: Portal da Prefeitura: Link de acesso: https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=4155>).

Atualmente, existem 95 hortas que estão ativas com a produção de hortaliças, como consta na figura abaixo e nas fotos obtidas no mês de outubro de 2020.



Hortas Urbanas Ativas em Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes

Hortas Ativas

1

Estrada Principal ,Campo
Novo, Campos dos
Goytacazes

2

Estrada Principal ,Campo
Novo, Campos dos
Goytacazes

3

Estrada Principal ,Campo
Novo, Campos dos
Goytacazes

4

Estrada Principal ,Campo
Novo, Campos dos
Goytacazes

5

Rua União Campo Novo;
Campo Novo, Campos dos
Goytacazes

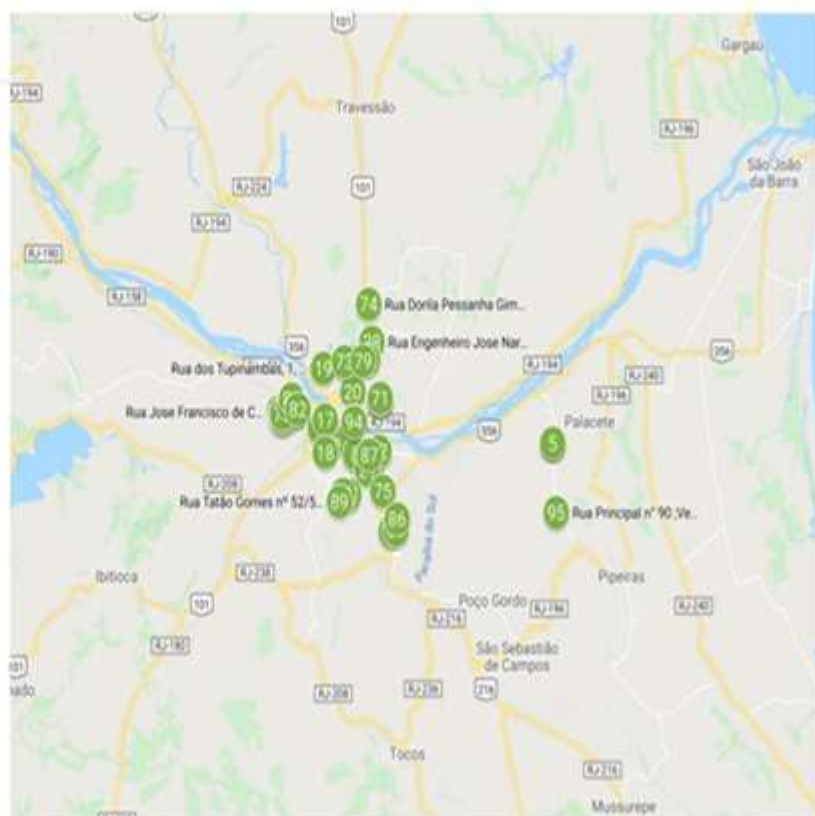
6

Av Tenente Coronel Cardoso
nº41/45 ,Centro

7

Rua Antonio Ribeiro Moço
39/43 ,Centro

8





Rua Antonio Ribeiro Moço
45/49 - Centro

11 Rua Herculano Aquino

12 Rua Oswaldo Tavares

13

Rua Jofre Maia nº28/30 - Horto

14

Rua Jofre Maia nº32/34 - Horto

15 Rua Bruno de Azevedo

16

Rua Conselheiro Tomás
Coelho 331/333 -Pg. Alberto
Torres

17

Rua Conselheiro Tomás
Coelho

18

Rua Conselheiro Tomás
Coelho

19

Rua Conselheiro Tomás
Coelho

20

Rua dos Goytacazes, 48,
Parque Aldeia, Campos dos
Goytacazes

21

Rua dos Tupinambás, 1,
Parque Aldeia, Campos dos
Goytacazes

22

Rua Fernando Alvaranga 83
-Parque. Alvorada

23

Rua Servidão do Amaral 20,
campos dos Goytacazes

24

Av Alberto Torres, 1056/1058,
Parque Corrientes, Campos
dos Goytacazes

25

Av Alberto Torres, 1060/1062,
Parque Corrientes, Campos
dos Goytacazes

26

Rua Andral Nunes Tavares

27

Rua Professor João de
Menezes 125/137 -Pg.
Corrientes

28

Rua Walter Dias Terra 26/28
-Pg. Dr Dedé

29

Rua Walter Dias Terra 54/56
-Pg. Dr Dedé

30

Rua Engenheiro José Narciso

31

Rua Antonio Hermes Abrantes

32

Rua Antonio Hermes Abrantes

33

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

34

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

35

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

36

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

37

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

38

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

39

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

40

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

41

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

42

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

43

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

44

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

45

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

46

Rua Gregorio Marcolino Rosa
-Pg. Esplanada

47



Rua Antonio Joaquim de Melo
nº85/90 ,Parque Jockey Club,
Campos dos Goytacazes

42

Rua Alan Kerdex, 2, Parque
Nova Brasília, Campos dos
Goytacazes

43

Tabellião José Lobo da Costa
41/43 ;Pg. Nova Brasília

44

Rua Alcides Vieira Maciel

45

Rua Ary Ribeiro Vaz ;Pg. Nova
Campos

46

Rua Alcir Ferreira Monteiro
nº184/186 ,Parque Pecuária,
campos dos goytacazes

47

Rua Alcir Ferreira Monteiro
nº188/190 ,Parque Pecuária,
campos dos goytacazes

48

Rua Jose Hipólito
Vasconcelos

49

Rua Amaro Machado nº38/40
;Pc. Penha

50

Rua Amaro Machado nº38/40
;Pc. Penha

51

Rua dos Canários, 14, Parque
Penha, Campos dos
Goytacazes

52

Rua Nilton Guanã nº 916/
922 ;Pg. Penha

53

Rua Raul Abbott Escocart
183/187 e 189/191 (ant.
Gilberto Cardoso) ;Pg. São
Brand

54

Rua Maestro Lourenço Soares
;Pg. São Benedito

55

Rua Tatão Gomes nº 52/56
;Pg. São Benedito

56

Rua Casemiro de Abreu, 94,
Parque Vicente Dias, Campos
dos Goytacazes

57

Rua Casemiro de Abreu,
90/92, Parque Vicente Dias,
Campos dos Goytacazes

58

Rua Casemiro de Abreu,
86/88, Parque Vicente Dias,
Campos dos Goytacazes

59

Rua Casemiro de Abreu,
82/84, Parque Vicente Dias,
Campos dos Goytacazes

60

Rua Casemiro de Abreu,
78/80, Parque Vicente Dias,
Campos dos Goytacazes

61

Rua Principal nº 90 ;Venda
Nova, Campos dos
Goytacazes

Organizado: Larissa Nunes (2020).



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

HORTA URBANA NO JARDIM CARIOCA



Fonte: Erika Moreira

HORTA URBANA NO PARQUE TAMANDARÉ





PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

Fonte: Erika Moreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamaritãre

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro

HORTA URBANA NO FLAMBOYANT



Fonte: Erica Siqueira

HORTA URBANA NO PARQUE LEOPOLDINA





PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

Fonte: Erika Moreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamaridare

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro

HORTA URBANA NO TURF CLUB



Fonte: Erica Siqueira

HORTA URBANA NO BAIRRO NOVA BRASÍLIA





PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



Lamego
Campos dos Goytacazes



**Mais
Ciência**

Fonte: Erika Moreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Av. Vinte e Oito de Março, 40-156 - Parque Tamaridare

SUBSECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Alvarenga Filho, S/N - Palácio da Cultura - Praça da Bandeira - Centro

O desenvolvimento das hortas urbanas dentro das cidades é uma ferramenta importante para população, ofertando a população uma alimentação de qualidade e acessível, tendo uma produção com base agroecológica sem o uso de agrotóxicos.

A utilização dos terrenos ociosos também é outro ponto positivo, evitando problemas ligados à saúde, como: a proliferação do mosquito transmissor da chikungunya, dengue, zika e febre amarela.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto é necessário frisar que a prática dessa atividade é essencial para quem busca melhoria nos ambientes urbanos, bem como melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e de suas famílias, além de trabalhar a educação ambiental como meio de transformação social.

Desde o início da minha participação na pesquisa, durante esses quatros meses como bolsista do Viva Ciência, pude entender que a AU é uma importante ferramenta mediante a situações de crises. Com a pandemia, a prática de agricultura urbana é necessária e urgente. Em Campos dos Goytacazes, município pioneiro nessa política de agricultura urbana, tem todo potencial para priorizar essas ações com foco na segurança alimentar e na geração de renda e trabalho.

Em virtude do atual contexto que estamos vivendo, o projeto esbarrou em muitas dificuldades para atingirmos o objetivo proposto, as dificuldades foram: a não realização do trabalho de campo, a não aplicação dos questionários, e sem a aplicação do questionário não pudemos dar continuidade a parte empírica.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Adriana Maria de. Agricultura Urbana em Cuba. **Embrapa**, Serópedica, p. 25-13, dez.2002. Disponível em: <<file:///home/chronos/u-1f4ab1a0f2ecce9553b54740c1f4f54c04702bb7/MyFiles/Downloads/au%20cuba%20aquino.pdf>>. Acesso em: nov. De 2020.

AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente &**

Sociedade, Campinas v. X, n. 1, p. 137-150 jan.-jun. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>>. Acesso em julho de 2020.

BOTÊLHO, Lucas Antônio Viana; SANTOS, Mateus Ferreira; SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. A educação ambiental e a geografia escolar: dimensões curriculares, possibilidades e desafios contemporâneos. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA**, Uberlândia, v. 17, n. 59, 126–143, Set/2016.

Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/31858>>. Acesso em nov. de 2020.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura Urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, Belo Horizonte, 81-97, julho-dezembro de 2011.

Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322/10554>>.

Acesso em nov. de 2020.

Disponível em: <<file:///home/chronos/u-1f4ab1a0f2ecce9553b54740c1f4f54c04702bb7/MyFiles/Downloads/1536-3082-1-SM.pdf>>. Acesso em nov. 2020.

GIACCHÈ, Giulia; PORTO, Lya. POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA

URBANA E PERIURBANA: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 46-60, nov./dez. 2015.

Disponível

em: <file:///home/chronos/u1f4ab1a0f2ecce9553b54740c1f4f54c04702bb7/MyFiles/Downloads/Políticas_publicas_de_agricultura_urbana.pdf>

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A agricultura urbana em Camagüey e Cienfuegos – Cuba. **CAMPO – TERRITÓRIO**: Revista de geografia Agrária, v.13, n. 29, p. 29-57, abr., 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCT132902>>. Acesso em julho de 2020.

IBGE – INDÍCE BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html>>. Acesso em nov.2020.

MASCARÓ, Juan José; ACUNHA, Bianca Vargas; PAGGOTTO, Natalia Pasini. Agricultura Urbana e Infraestrutura Sustentável: A situação no Brasil e em Portugal. **Revista nacional de gerenciamento de cidades (GC)**, v.05, n.30, 13-28, 2017.

OLIVEIRA, Ana Carolina Nascimento de. **Agricultura Urbana**: Um estudo sobre a especialização da prática no Município de Campos dos Goytacazes-RJ. 2017. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

RIBEIRO, Silvana Maria; AZEVEDO, Elaine de; PELLICIONE, Maria Cecília Focesi; BÓGUS, Cláudia Maria; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Agricultura Urbana Agroecológica - Estratégia de promoção da saúde e

segurança alimentar e nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, vol. 25, núm. 3, p. 381-388, julho-septiembre, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40823864017>>. Acesso em nov. De 2020.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde Soc.** São Paulo, v.24, n.2, p.730-743, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00730.pdf>>.

Acesso em julho de 2020.

SMA - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA. Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=4155>. Acesso em julho de 2020.

SOUZA, Jacimar Luis de. Agroecologia e agricultura orgânica: princípios, métodos e



práticas/ Jacimar Luis de Souza. - Vitória: **Incaper**, 2015, 2a. edição atualizada.

Disponível

em:

<<https://www.manejebem.com.br/uploads/filemanager/source/BANNER/NOVIDADE/MANUAL%20AGRI%20ORGANICA/agroecologia-incaper.pdf>>.

Acesso

em julho de 2020.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Soc.** São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2010.v19n4/933-945/pt>>. Acesso em nov. de 2020.